Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

26 DE OUTUBRO DE 1977.

DISCURSO POR OCASIAO DA ABERTURA DO SIMPOSIO «DEMOCRACIA E POLITICA SOCIAL», PROMOVIDO PELA FUNDAÇAO MILTON CAMPOS, DA ARENA.

A Direção da Fundação Milton Campos não poderia ter sido mais feliz ao escolher, para o simpósio que ora se inicia, tema tão fascinante como o relacionamento complexo entre Democracia e Política Social.

Cabe considerá-lo não apenas do ponto de vista conceitual e doutrinário, mas também no quadro do panorama real da vida política brasileira, a que chegamos nesta fase renovadora iniciada com a Revolução de 1964. Espero que um e outro aspecto mereçam aqui detida e aprofundada análise, à luz de debate amplo e desinibido.

O alevantado ideal democrático que, nesta quadra promissora da dinâmica nacional, inspira vontades e reanima corações, exige definição mais precisa e realista de seus contornos, para que se venha a alcançar a base de consenso indispensável à melhor construção do modelo adequado e atual das instituições políticas do país. E, sobretudo, para que se estabeleçam parâmetros necessários à avaliação, objetiva e isenta, de seu grau de efetiva concretização prática, índice do desenvolvimento político da nação ou, se o quisermos, do estágio por ela alcançado no incessante processo de modernização e aperfeiçoamento que é a vida dos povos.

A idéia simplista de um governo de todos ou de quase todos os cidadãos, corporificando o conceito de soberania incontestável, foi retemperada ao calor de paixões contra o *demos* monstruoso e volúvel e por medo à tirania da maioria. Enriqueceu-se ademais, com o senso profundo da justiça social, em que Santo Tomás de Aquino lhe viu a essência, e com a integração de uma democracia também econômica, não menos essencial, já vislumbrada pelo pensamento de Aristóteles.

O lema de «Liberdade, Igualdade e Fraternidade», brandido embora para exclusivo benefício de uma única classe que se arvora em intérprete de toda a nação francesa, se não da humanidade, criou perspectivas novas, abrindo horizontes insuspeitos e mobilizando sentimentos, e instintos profundos, numa sociedade já em caminho para a massificação.

A ideologia clássica do liberalismo, na sua função legitimadora do exercício do poder político através de princípios e valores sociais, passou a admitir qualificações várias em sua crença ingênua, original, na bondade da pessoa humana e na racionalidade da ação política e, assim, acabou reforçando o autoritarismo do Estado intervencionista, reconhecido indispensável, em certo grau, à direção eficaz do poder. Por outro lado, a igualdade entre cidadãos essencialmente desiguais decaiu ao nível mais realista das oportunidades iguais, admitidos e salvaguardados sempre os chamados direitos naturais da pessoa humana. O sentimento fraterno desabrochou num rico complexo solidarista, entretecido pela identifi-

cação subconsciente aos símbolos e instituições do Estado e requereu-se que este, acima de tudo, fosse ativo, justificando, de um ângulo novo, agora altruístico, o próprio direito de participação de cada um no processo decisório em cenário político comunitário ou nacional.

A democracia plena, tipo apenas ideal como Rousseau não deixou de assinalar, admite, na prática, gradações diversas e uma ordem social mais ou menos aberta, adaptando-se às condições peculiares de cada povo, a seu grau de desenvolvimento econômico e social e de maturidade política. Entre o tipo ideal e puro, limite inatingível — e utópico, portanto — e o autoritarismo totalitário mais absoluto em seu arbítrio despótico, dispõem-se as nações sob variadas formas de governo — mais ou menos democráticas, mais ou menos autoritárias, numa busca sempre de equilíbrio, pouco estável aliás, entre as liberdades do cidadão responsável e a autoridade responsável do Estado, entre os objetivos próprios de cada indivíduo e os valores e interesses sociais do grupo nacional. Essa relatividade do conceito foi reconhecida sempre, desde Aristóteles a Stuart Mill. Não se compreende, assim, como haja ainda quem se admire e espante com expressão tão comezinha como «democracia relativa»...

E, pois, por ser a democracia relativa sempre, tanto no espaço entre nações várias, como no tempo, ao longo do evolver de cada povo, ainda mais importa poder-se avaliar-lhe o grau de desenvolvimento, maturidade ou perfeição, comparativamente

ao tipo ideal, abstrato e único absoluto, do qual as formas reais apenas poderão tender a aproximar-se.

Ainda neste campo tão passional — e ai talvez mais até do que em qualquer outro — o homem será, de justiça, a medida de todas as coisas. Como integrante de uma sociedade política que lhe deve assegurar, antes de tudo o mais, a possibilidade franca de autodesenvolver, plenamente e em segurança, seu potencial de valores humanos, aí está ele inserido como agente e também como paciente, contribuindo, pela sua atuação, à dinâmica política da comunidade e colhendo também benefícios da ação do Estado, num jogo de dar e receber que traduz todo o metabolismo do indivíduo dentro do corpo social.

Tem-se, assim, um grau maior ou menor de participação, de um lado; e, de outro, grau maior ou menor de clientelismo na política social do Estado, na apropriação de excedentes sociais, distribuídos por este, com maior ou menor senso de eqüidade e justiça. E tudo isso num ambiente salutar de segurança e de liberdade, assentadas na Lei, e numa organização política flexível em que sensores fidedignos e cadeias de transmissão eficientes, como devem ser os partidos políticos, interliguem a massa governada e a elite representativa governante.

De participação política e dos instrumentos correlatos de mobilização e da formulação ideológica não cabe falar aqui, por mais que reconheçamos devam merecer, neste momento que vivemos, o melhor de nossos esforços e de nossa capacidade criadora.

A política social do Estado é, por outro lado, o tema central deste simpósio. Não menos central tem sido, também, nas preocupações mais sentidas do meu Governo.

Em discurso perante a Convenção Nacional da ARENA, a 15 de setembro de 1973, já assinalara eu que o desenvolvimento nacional deveria ser um «desenvolvimento para o homem e para seu grupo social — o homem inserido simbioticamente no seu contexto social, o grupo visando, em última análise, ao bem-estar dos indivíduos que o integram e vivificam». E, ainda mais incisivamente na primeira reunião ministerial, a 19 de março de 1974: «o homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional».

Afirmando o primado do desenvolvimento psicossocial, como expressamente o fiz na introdução à Mensagem encaminhada ao Congresso Nacional em 1975, reiteradas as preocupações maiores do governo com as desigualdades sociais, inclusive inadequada distribuição individual da renda e as flagrantes disparidades regionais em que se destacam quadros preocupantes de zonas marginais e áreas-problemas, já foi possível, felizmente, passar da simples afirmação de intenções e propósitos à apresentação de realizações efetivas nas resenhas que à política social do Governo dedicaram as mensagens presidenciais, a partir de 1975.

Não desejo aqui repeti-las, atualizá-las na medida do necessário, nem muito menos ampliá-las ou

enriquecê-las com profusão de dados estatísticos que fácil seria enfileirar. Tarefa é essa que vos confio, para uma justa avaliação do que meu governo pode, até hoje, fazer na promoção do desenvolvimento social do país. É que bem sei estar essa tarefa entre os objetivos deste simpósio.

Apreciadas as diretrizes gerais da estratégia adotada na política social do governo tal como consubstanciada no Plano Nacional de Desenvolvimento, e as metas setoriais e linhas de ação definidas nos vários estágios do planejamento conseqüente; examinada a instrumentação operacional a que desde logo se procedeu pela criação de novos órgãos, reestruturação dos já existentes e institucionalização de mecanismos de ação adequados, inclusive para mobilização do apoio de entidades privadas; aferidos os programas implementados, seja pelo montante de recursos alocados e despendidos, seja por índices objetivos que traduzam os resultados obtidos; avaliada a melhoria alcançada de fato nos padrões de vida da população mediante a comparação de indicadores sociais expressivos — estou certo de que o analista mais rigoroso, desde que imparcial, não deixará de reconhecer o mérito do esforço amplo e perseverante que dedicou meu governo à política social, apesar da contenção imposta pelas sabidas aperturas econômicas de um período difícil de prolongada estagnação mundial, aliada a uma inflação persistente e à crise do petróleo.

E basta, nesta introdução que me permito fazer, apontar apenas alguns números particularmente

significativas do progresso alcançado no período 1974-1976:

— a renda *per capita* ultrapassando a marca dos 1.300 dólares, com um aumento de 9%;

— a população economicamente ativa crescendo de 6%;

— o salário médio real na indústria de transformação subindo de 16%;

— a taxa de alfabetização aumentando de 5% e as matrículas nos cursos superiores, de 33%;

— o treinamento profissional, a cargo do Ministério do Trabalho, vindo a atender a um milhão e duzentos mil aprendizes, com uma expansão de 28%;

— o sistema da habitação tendo atingido o total de 1,5 milhão de unidades residenciais financiadas, com um acréscimo de 35%.

Por outro lado, os benefícios concedidos, em 1976, pela previdência social urbana montando a 46 bilhões de cruzeiros para um total de 105 milhões de consultas médicas e quase 7 milhões de internações hospitalares; e os do FUNRURAL chegando a 6,6 para 12 e meio milhões de consultas e mais de 1,5 milhão de internações;

— e, em 1977, o PIS e o PASEP contribuindo com um aumento de renda real superior a 7% para os cadastrados da categoria de um salário mínimo.

Tudo isso, para um orçamento social que acumularia dispêndios de 582 bilhões de cruzeiros no período 1975-1977, com um total que chega a 222 na previsão feita apenas para o ano corrente.

Chega, porém, de números.

O Governo tem consciência do muito que já conseguiu levar a efeito no campo da política social, seja esse muito ainda muito pouco em relação ao que resta para fazer-se por esse Brasil imenso e promissor, em benefício, sobretudo, da boa gente mais humilde de nossa terra.

E sabe o Governo que não lhe faltará, para obras tais, o apoio e a solidariedade de toda a generosa comunidade brasileira.

Este terceiro simpósio da ARENA, que hoje se inicia, certamente contribuirá para isso em larga escala, divulgando dados objetivos e irrefutáveis e fornecendo aos homens do Partido material de primeira ordem para ampla e perseverante divulgação do que o Governo já fez e obtenção do apoio popular maciço de que necessita para prosseguir nessa obra vigorosa de redenção nacional.

E esta poderá, já agora, recorrer às valiosas conclusões e sugestões que desta reunião resultarão por certo, representando contribuição patriótica da maior utilidade que a ARENA desde logo terá prestado à ação do Governo em setor tão estratégico da vida administrativa do país.